



## **ESTUDO ACERCA DO ABANDONO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS NO MUNICÍPIO DE PRINCESA ISABEL – PB E SEUS IMPACTOS NA COMUNIDADE LOCAL**

Marciel Batista dos Santos Júnior <sup>1</sup>

### **RESUMO**

O abandono de cães e gatos representa uma violação do direito animal impulsionado pela pouca visibilidade do assunto na área da educação ambiental, que, acaba desencadeando um problema de saúde pública quando considerado o risco de zoonoses. Levando em conta a escassez de políticas públicas e privadas direcionadas para sanar tal problemática, a presente pesquisa buscou analisar a situação de cães e gatos abandonados na cidade de Princesa Isabel-PB, a partir das ações de políticas públicas e das ONGs implantadas no município. Para tanto, objetivou-se localizar pontos de aglomeração de animais em situação de rua e verificar a existência de políticas públicas bem como iniciativas privadas voltadas ao acolhimento, prevenção de zoonoses e controle de natalidade. Trata-se de uma pesquisa de campo observacional, fundamentada na análise documental, com análise qualitativa e quantitativa. Utilizou-se para material de análise, documentos disponibilizados em instituições públicas (Secretaria de Saúde e de Meio Ambiente) e privadas (ONG- Deixe viver) referentes as ações desenvolvidas em prol de animais domésticos abandonados que estão correlacionados a saúde pública. No mapeamento, foram contabilizados um total de 59 animais (30 caninos e 29 felinos) perambulando em vias centrais e saídas da cidade. Quando verificadas as iniciativas públicas e privadas voltadas ao cuidado e acolhimento, foi constatado que a Prefeitura Municipal não promove ações exclusivas para esse público, contudo, aceitou a parceria promovida pela Associação Deixe Viver. No que diz respeito ao controle de zoonoses, a Vigilância Ambiental segue o que é estabelecido como parâmetro nacional para o controle de zoonoses como a Raiva (lyssavirus) e Leishmaniose Visceral Canina (*Leishmania chagasi*), porém, suas ações não contemplam os animais que não possuem tutores ou responsáveis. A situação dos felinos é ainda mais desafiadora, visto que, a cidade conta com um órgão privado para acolher alguns dos cães sem lar, enquanto os gatos abandonados não são amparados por nenhuma instituição. O único programa de controle de reprodução desenvolvido no município parte da Associação Deixe Viver, que objetiva controlar a natalidade no abrigo.

Palavras-chave: abandono de animais; acolhimento; Educação ambiental; zoonoses

### **1 INTRODUÇÃO**

As últimas décadas foram marcadas pela intensificação dos movimentos reivindicatórios dos direitos animais, onde as pessoas passaram a questionar a impunidade das práticas violentas contra esses seres, o que acabou propiciando a criação de leis que se aplicassem a este tipo de crime. Em 27 de janeiro de 1978, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), decretou A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, determinando que “o desconhecimento e o desprezo destes direitos têm levado e continuam a levar o homem a cometer crimes contra os animais e contra a natureza”,



classificando, em seu Art. 6º, que “o abandono de um animal é um ato cruel e degradante” (UNESCO, 1978 p. 1-3).

No Brasil, em 2020, foi decretada a Lei nº 14.064 com o objetivo de modificar a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato (BRASIL, 2020a). Com a Lei atual, a pena de detenção de três meses a um ano e multa, foram retificados para reclusão de dois a cinco anos, multa e proibição da guarda. Em primeiro de março de 2023, foi publicada no Diário oficial da União a Resolução nº 58, de 24 de fevereiro de 2023, que determina a proibição do uso de animais vertebrados, exceto seres humanos, em testes de pesquisa científica de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes (BRASIL, 2023).

Apesar de a ligação histórica entre o ser humano e os demais animais ser pautada e emersa na cultura grega e judaico-cristã, que segundo Rodrigues (2022), concebe o humano como ser especial e hierarquiza todos os outros organismos existentes, a prática de obter um animal para companhia, fez com que se tornasse cada vez mais comum a presença de animais em propriedades residenciais. Segundo um levantamento realizado em 2013 pelo IBGE, 52,2 milhões de cães e 22,1 milhões de gatos podiam ser encontrados nas residências brasileiras (IBGE, 2015). Nesse mesmo período a Organização Mundial da Saúde (OMS) apontou que o Brasil tinha em média 30 milhões de animais abandonados, sendo uma alta porcentagem desse índice representada por cães e gatos (OMS, 2013).

Esse cenário pode ter sofrido alterações com o surgimento do Covid-19 (SARS-COV-2) no ano de 2019. Em meio ao isolamento social, ocasionado pela pandemia, a companhia dos animais de estimação passou a ser indispensável para muitas pessoas (HOY-GERLACH, *et al.* 2020). Dados da União Internacional Protetora dos Animais (UIPA) apontam que a procura de animais para adoção durante o período de pandemia aumentou em 400% (LEMOS, 2021). No Brasil, houve um aumento de cerca de 30% na adoção de cães e gatos (EXAME, 2021).

Embora a pandemia da Covid-19 tenha provocado um aumento no número de adoções de animais de estimação, houve uma elevação significativa na taxa quantitativa de cães e gatos abandonados. Ribeiro, *et al.* (2021) estabelece três fatores decisivos nos casos de abandono, sendo: (1) a propagação de notícias falsas que classificavam cães e gatos como possíveis transmissores da Covid-19, (2) famílias e pessoas que moravam sozinhas e devido ao isolamento social passaram a morar com parentes e não foi possível levar seus pets e (3) por motivos socioeconômicos, aumento do desemprego e diminuição da renda. De acordo com dados da Ampara Animal, os abandonos de cães e gatos no Brasil cresceram 61% entre junho de 2020 e março de 2021 (PETLOVE, 2021).



Nesse sentido, as forças governamentais em esfera federal, estadual e municipal precisaram desenvolver políticas públicas ligadas ao acolhimento, controle populacional e controle de zoonoses, visando diminuir os impactos causados aos animais abandonados, como também prevenir a transmissão de doenças para os seres humanos. O Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses, publicado pelo Ministério da Saúde (MS) em 2016, afirma que partir da década de 1990, o MS passou a aplicar recursos para apoiar os municípios na implantação e na implementação de unidades de zoonoses integradas ao Sistema Único de Saúde (SUS), que estão localizadas principalmente em capitais, regiões metropolitanas, municípios sedes de regionais de saúde ou de fronteira e em alguns municípios mais populosos, denominadas de Unidades de Vigilância de Zoonoses (UVZ), conforme a Portaria MS/SAS nº 758, de 26 de agosto de 2014 (BRASIL, 2016 p.7). Porém, são encontradas dificuldades tanto no planejamento quanto na execução das ações.

Algumas cidades possuem abrigos como canis, gatis e/ou centros de zoonoses para tratamentos mais complexos estabelecidos pelas forças governamentais. Já em outros municípios a situação pode ser um pouco diferente por não possuir nenhum tipo de abrigo de interesse público. Sendo assim, é comum o surgimento de Organizações Não-Governamentais (ONGs) com o intuito de promover o bem-estar animal. ONGs são órgãos sem fins lucrativos que surgem do interesse de pessoas com objetivo de prestar assistência para um certo âmbito. (POLITIZE, 2017).

Através das ações desenvolvidas por algumas ONGs, animais são resgatados, acolhidos, reabilitados e colocados para adoção responsável na tentativa de possuírem um lar definitivo. Ao resgatar o animal, a ONG realiza um importante controle da densidade populacional de cães e gatos, não só oferecendo bem-estar para essas espécies, como também promovendo a saúde pública (CATAPAN, 2018).

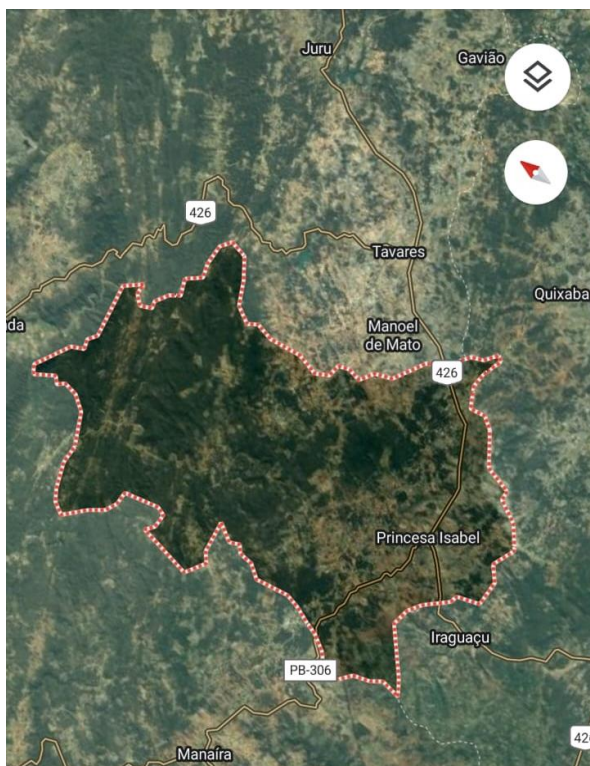
Portanto, pensando em questões de educação ambiental, saúde pública e bioética, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a situação de cães e gatos abandonados na cidade de Princesa Isabel-PB, a partir das ações de políticas públicas e das ONGs implantadas no município. Para tanto, os objetivos específicos buscaram localizar pontos de aglomeração de animais em situação de rua e verificar a existência de políticas públicas bem como iniciativas privadas voltadas ao acolhimento, prevenção de zoonoses e controle de natalidade e descrever a estrutura e o funcionamento das ONGs.

## **2 MATERIAL E MÉTODOS**

## 2.1 LOCAL DE ESTUDO

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Princesa Isabel (Figura 1), localizada no estado da Paraíba. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cidade possui área territorial de 368,569 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 23.749 habitantes (IBGE, 2021).

Figura 1 – Mapa geral de Princesa Isabel – PB



Fonte: Google Maps, 2023.

## 2.2 TIPO E DELINEAMENTO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de campo observacional, exploratória e descritiva, fundamentada na análise documental de dados solicitados aos departamentos da Secretaria de Saúde, Secretaria do Meio Ambiente e ONGs. De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental caracteriza-se por utilizar como material para análise aqueles que não receberam tratamento analítico, como por exemplo, documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e privados, cartas pessoais, fotografias, filmes, gravações, diários, memorandos, ofícios, atas de reunião, dentre outros.

Optou-se pela análise qualitativa e quantitativa a fim de angariar maiores informações

do que seria possível conseguir caso fossem utilizados esses métodos isoladamente, considerando que a pesquisa quantitativa enfatiza o raciocínio dedutivo e a qualitativa enfatiza os atributos mensuráveis da experiência humana (POLIT, BECKER E HUNGLER, 2004, p. 201).

### 2.3 COLETA DE DADOS

Para o cumprimento da coleta de dados, foram seguidas as seguintes etapas durante os meses de abril e maio do ano de 2023:

- (1) Foi realizado um mapeamento entre as principais vias e saídas da cidade para outros municípios durante a tarde do dia 12 de abril, das 13 horas às 18 horas e 30 minutos, objetivando identificar locais onde se concentram cães e gatos abandonados. Através de uma imagem do mapa da cidade, coletada na ferramenta virtual “*Google Maps*”, foi feita a demarcação da área percorrida
- (2) Visando a comunicação com as ONGs de acolhimento para animais em situação de abandono na cidade, foi realizada uma visita à Associação de Proteção à Vida Animal Deixe Viver, no dia 22 de abril. Durante a visita, foram registradas imagens fotográficas das instalações e animais do espaço, e feita a solicitação de documentos relacionados ao funcionamento e ações promovidas pela associação.
- (3) Entre a última semana do mês de abril e a primeira semana do mês de maio, realizou-se duas visitas institucionais à Secretaria de Saúde e Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Agricultura, a fim de recolher documentos para compreender as políticas públicas voltadas à cães e gatos em situação de rua. Solicitou-se os dados dos últimos três anos referentes às ações aplicadas, para que fossem feitas comparações entre esses anos.

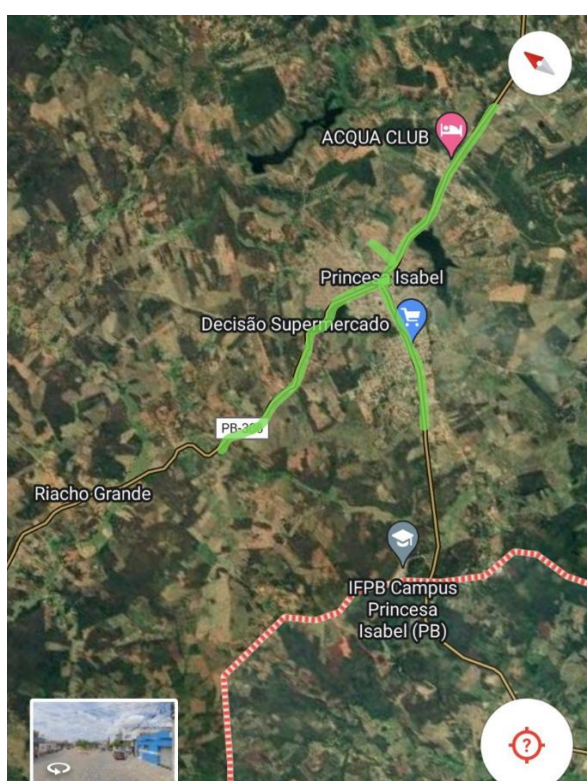
## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os objetivos traçados, os resultados obtidos foram subdivididos em tópicos que serão apresentados a seguir: mapeamento de pontos de aglomeração de animais de rua; políticas públicas e privadas voltadas ao acolhimento; políticas públicas e privadas voltadas ao controle de zoonoses; políticas públicas e privadas voltadas ao controle de natalidade.

### 3.1 MAPEAMENTO DE PONTOS DE AGLOMERAÇÃO DE ANIMAIS DE RUA

O percurso mapeado teve como finalidade localizar cães e gatos em possível situação de abandono perambulando pelas principais vias da cidade (Figura 2), que estão ligadas aos bairros São Silvestre, Maia, Centro, Cruzeiro, Saudade, Conjunto, Ibiapina, Alto da Bela vista e rotas de saída que dão acesso a outros municípios. De acordo com o levantamento feito nas vias centrais e saídas da cidade, foram contabilizados, ao todo, 59 (cinquenta e nove) animais, sendo 30 (trinta) da espécie canina e 29 (vinte e nove) da espécie felina.

Figura 2 - Área percorrida (demarcada com linha verde) para localizar animais em vias centrais e saídas da cidade.



Fonte: Google Maps, 2023. Elaboração: Autor, 2023.

Uma parte dos cães avistados estavam perambulando pelas vias, correndo o risco de serem vítimas de acidente quando atravessavam as ruas para que chegassem a determinados estabelecimentos comerciais, como também em residências. Observou-se duas cadelas, que, aparentemente, tiveram filhotes devido as notáveis mamas crescidas, característica presente em fêmeas durante a fase lactante (Figura 3). Uma das cadelas carregava um pedaço de carne, o que provavelmente seria utilizada para auxiliar na alimentação da ninhada.

Figura 3 – Cadelas percorrendo vias centrais da cidade.

A) Registro feito no bairro Ibiapina.      B) Registro feito no bairro Maia.



Fonte: Autor, 2023.

Durante o mapeamento, observou-se no entorno da Praça Dona Natália do Espírito Santo, conhecida como “praça da estrela” o quantitativo de 6 (seis) animais abandonados, pontua-se que, por haver a possibilidade de obtenção de alimentos devido à proximidade ao açougue municipal e frigoríficos, a rotatividade de cães nessa região é alta (Figura 4). Na ocasião, foi visualizado um cão mais afastado do grupo, apresentando ausência de pelos,coceira, lesões na pele e nos olhos.

Figura 4- Cães próximos ao açougue municipal e frigoríficos.

A) Grupo de 5 cães.

B) Cão com lesões.



Fonte: Autor, 2023.

Em relação a incidência de filhotes, foram contabilizados 2 (dois) em situação de extrema magreza, possivelmente por não estarem se alimentando com a frequência ideal. Em certo momento, um filhote encontrado no Bairro Maia tentou abocanhar uma sacola de lixo, e logo foi expulso por um cão adulto que estava próximo ao item. Os filhotes demonstram maior fragilidade quando colocados em situação de abandono, pois, poucas são as chances de sucesso na disputa por alimento com cães adultos. Assim, acabam enfraquecendo e desenvolvendo problemas de saúde que colocam sua sobrevivência em risco.

As chuvas fortes e o frio são fatores que contribuem ainda mais para o agravamento da

vulnerabilidade dos animais que vivem nas ruas. No íterim do mapeamento, buscou-se identificar pontos estratégicos que fornecessem o mínimo de acolhimento aos animais e pudessem ser utilizados por esses, diante essa adversidade. Em uma noite chuvosa, foram vistos cerca de 6 caninos abrigados em frente a um estabelecimento público. Essa situação corriqueira, exemplifica a mobilização dos animais na busca pela garantia mínima de acolhimento.

A rota que interliga Princesa Isabel ao município de Triunfo - PE, possui um lixão que apesar de estar desativado, concentra uma grande quantidade de dejetos em situação fétida e durante o mapeamento foi encontrado 1 (um) cão se alimentando de carcaças. Consequente, na saída que interliga ao município de São José de Princesa -PB, foi encontrado apenas 1 (um) cão, tal incidência contrariou a previsão, visto que na localidade encontra-se o Matadouro Municipal e estabelecimentos comerciais (bares). Na rota que interliga ao município de Tavares – PB, não foi identificado nenhum animal.

Um estudo realizado por Jivago Meira, no município de Sousa, Paraíba, no ano de 2022, catalogou 384 cães num percurso de 16 quilômetros de ruas e apontou que as ruas da cidade oferecem riscos à saúde humana devido a situação sanitária ser precarizada, favorecendo a transmissão de doenças entre animais e para seres humanos [...] o trabalho aponta que dejetos como fezes, vômito, sangue ou saliva encontrados no ambiente observado, causam contaminações, sendo um notável problema de infraestrutura e saneamento que ainda desencadeia o acúmulo de lixo e atrai animais para terrenos desocupados (MEIRA, 2022).

Em relação aos felinos, contabilizou-se um total de 29 (vinte e nove) gatos avistados no cemitério do município. O estabelecimento está localizado em território urbano e próximo de diversas residências. Os animais que buscam refúgio nos cemitérios, vivem em grandes colônias, buscando sobreviver aos ataques de animais, como cães, alimentando-se de alimentos disponibilizados por visitantes e/ou especialmente por voluntários. Todavia, estão propensos a desenvolverem doenças e são alvos frequentes de envenenamentos.

Na ocasião da visita, alguns animais se aproximaram, outros se dispersaram, demonstrando medo. Andando pelo local, foram avistados gatos entre os túmulos e em certas partes parecia haver áreas cobertas de forma improvisada para abrigar os animais da chuva. Parte dos animais estavam extremamente magros, os filhotes tentavam miar, mas o som saía com uma certa rouquidão, enquanto os olhos estavam recobertos de secreções, visivelmente doentes. Alguns dos adultos, também manifestavam as mesmas características.

Figura 5 - Visualização dos gatos nas dependências do cemitério.

A) Alojamento improvisado para acolher gatas com filhotes. B) Filhote debilitado.





Fonte: Autor, 2023.



Foi identificado que uma senhora realiza um trabalho voluntário no local, fornecendo alimentos, buscando criar locais de abrigo para chuvas e socorre os filhotes que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. Na ocasião, os gatos famintos, formavam uma aglomeração enquanto se alimentavam. Mesmo que a quantidade de alimento fornecida pela voluntária fosse suficiente para todos, alguns brigavam pela comida. Muitos animais estavam visivelmente doentes, demonstrando dificuldade para conseguir se alimentar e respirar.

Enquanto presente no local, percebeu-se que os gatos perambulam entre o cemitério e as residências próximas, pois devido a murada lateral do cemitério ser muito próxima das casas, os animais saltam do muro para os telhados residenciais com muita facilidade, aumentando os riscos de transmissão de zoonoses como toxoplasmose, sarna, e raiva para a população humana que habita aquelas proximidades. É preciso que esses animais recebam a atenção dos órgãos governamentais responsáveis, pois estão desassistidos. Quando comparadas, a situação dos felinos é parcialmente mais complicada que a dos caninos, visto que, a cidade conta com um órgão de iniciativa privada para acolher parte dos cães sem lar, enquanto os gatos abandonados não são acolhidos por nenhuma instituição pública ou privada.

Silvana Aparecida de Paula pontua que o descontrole populacional de cães e gatos nos centros urbanos representa não só o sofrimento animal, como também um maior risco de disseminação de zoonoses. Quando abandonado, a fome, as lesões e o estresse causam a diminuição da defesa imunológica do animal, tornando-o vítima de inúmeras doenças que podem ser transmitidas tanto para outros animais quanto para o homem (DE PAULA, 2012).

Tendo em vista os riscos aos quais estes animais podem estar expostos, como o envenenamento, por exemplo, Francisco Oliveira identificou em seu estudo, em Sousa-PB, que em meio ao estado de vulnerabilidade dos animais domésticos de rua, estão os casos de biocídio,



onde vários animais abandonados nas ruas da cidade são vítimas de violência doméstica, chegando até a morte, sem que haja punição para os responsáveis devido à dificuldade para identificá-los, apesar das denúncias (OLIVEIRA, 2022).

## 5.2 A RELAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIVADAS: A EMERÇÃO DAS ONGS

As organizações não governamentais voltadas ao cuidado dos animais no território de Princesa Isabel-PB emergem, buscando estabelecer parcerias com o setor público e trazer visibilidade para a causa animal.

Nesse contexto sociopolítico, a despeito da possibilidade de identificar inúmeras diferenças nos construtos das organizações privadas e as instituições públicas, consideremos a explicitação de Coelho (2014, p. 12) sobre a dicotomia existente entre aquilo que é enquadrado como público/privado, que busca seguir o rigor de que “aquilo que está na esfera pública deve necessariamente estar fora da esfera privada, e tudo o que não se situar na esfera pública deve estar obrigatoriamente contido na esfera privada”. Para o autor essa lógica de ferro, recobre a totalidade do imaginável, descartando que, no mundo real, as definições nem sempre são tão claras e entre ambos os setores existe uma reserva de diálogo e de influências mútuas. A associação entre Estado à esfera pública e a empresa capitalista à esfera privada, torna-se menos óbvia quando considerado que não há nada que seja intrinsecamente público nem intrinsecamente privado, visto que a rigor ambos resultam de uma convenção coletiva.

As organizações públicas desempenham toda a atividade administrativa do Estado, prestando serviços que satisfaçam as necessidades coletivas. Para Silva (2013, *apud*, WERLANG, 2016) a administração pública no Brasil pode ser entendida como um conjunto de órgãos mantidos com recursos públicos, destinados a favorecer o bem-estar social, conseguinte, Coelho (2014, p.15) compreende que na esfera privada “os indivíduos são concebidos como pessoas físicas à procura da satisfação de seus interesses particulares, podendo se associar e constituir pessoas jurídicas com a finalidade de perseguir os mais diferentes objetivos – econômicos, políticos, religiosos, culturais etc.

O Direito brasileiro reconhece somente as organizações de Direito Público e de Direito Privado, contudo, em todo o mundo, inclusive no Brasil, emergem organizações que reivindicam uma função e uma identidade distinta, intitulam-se como Organizações Não Governamentais (ONGs), ainda que sejam de Direito Privado, estruturam-se como associações civis sem fins lucrativos, distinguindo-se das empresas privadas, que visam o lucro, direcionam-se ao desenvolvimento de atividades de interesse público.



As Organizações tem missão e objetivos autoatribuídos pelos seus membros que buscam alcançá-los e manter a existência da organização, possuindo plena autonomia, respeitando os limites e imposições legais para que seja definida ou redefinida sua missão, estabelecidos ou modificados seus objetivos, decidindo a expansão ou retratação, diversificação e reorientação de atividades ou até a dissolução por completo (COELHO, 2014, p. 16).

### **5.2.1 Políticas públicas e privadas voltadas ao acolhimento**

Quando verificada o exercício de ONGs no município, foi constatado que a cidade conta com a atuação da Associação de Proteção e Valorização da Vida Animal – Deixe Viver, que está situada na zona rural do município, no território do sítio Lage. O órgão acolhe animais um total de 56 (cinquenta e seis) animais da espécie canina. Em suas acomodações, os bichos são separados em três grandes grupos (1) filhotes; (2) adultos dóceis e (3) adultos mais agitados. No total há 18 (dezoito) salas sendo utilizadas como secretaria; recepção; dispensa de mantimentos alimentícios, higiênicos e medicamentos; sala de realização de procedimentos simples; sala de observação pós-procedimentos simples; setor de isolamento e dormitório.

De acordo com a Associação Deixe Viver, são desenvolvidas ações desde o primeiro momento de acolhimento dos animais. No caso dos filhotes, ocorre o processo de vermifugação e vacinação. Para os adultos também há tratamento quando visto necessário. No que se diz respeito a adoção, o órgão realiza campanhas através rede social INSTAGRAM e de feiras voltadas a isso.

As campanhas de adoção acontecem por meio da rede social INSTAGRAM e através da execução de feiras de adoção em dias estratégicos. Aqueles que manifestam o interesse em adotar um cão da Associação, assinam um termo de responsabilidade com as informações necessárias para que haja o acompanhamento do caso (DEIXE VIVER, 2023, p.1).

Para manter o desenvolvimento de suas atividades, a Associação Deixe Viver descreve seus quatro pilares de sustentação, a saber: (1) vendas de peças de roupas através de brechós e realização de rifas contendo premiações; (2) doações de alimentos e materiais da comunidade local; (3) parcerias estabelecidas com clínicas veterinárias da cidade e (4) parceria com a prefeitura municipal, sobre essa última instância, a associação declara:

A prefeitura do município contribui com a disponibilização de dois (2) funcionários para auxiliar na limpeza do local, como também concede produtos de higienização, doa as sobras de merenda de duas escolas municipais que servem de alimento para os

ções e oferece um automóvel como meio de transporte para o resgate dos animais (DEIXE VIVER, 2023, p.2).

Tal fato foi corroborado na análise dos documentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente e Agricultura.

De acordo com os documentos analisados, a prefeitura municipal de Princesa Isabel não dispõe diretamente de nenhum espaço voltado ao acolhimento de animais de rua, porém, desenvolve ações em prol da Associação Deixe viver, declarando através do Ofício nº 93/2023, p. 1:

A secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Agricultura, sempre que solicitada por a Associação Deixe Viver, disponibiliza o transporte quando existe disponibilidade do carro para recolher restos de carne dos bois abatidos no matadouro público, como também, no recolhimento de lixos, fezes e alguns animais mortos no Bairro da Lage e também no canil quando solicitado a esta edilidade (PRINCESA ISABEL, 2023, p.1).

Por operarem de acordo com as regras do Direito privado e, desempenharem funções de interesse público, as ONGs também podem reivindicar recursos públicos que garantam o seu funcionamento, assim, estes setores interagem dinamicamente, recebendo e exercendo influências. Vale salientar também que as iniciativas do Estado, em estabelecer cooperação e parceria com o setor privado e com as ONGs são indícios de que a ação do Estado não tem se mostrado suficiente para satisfazer às necessidades públicas.

Na visita *in lócus* foi possível observar a estrutura, como também os animais acolhidos pela Associação Deixe Viver. A área interna frontal é cercada por uma murada, que a isola da estrada e de outras propriedades próximas. A entrada no estabelecimento é possibilitada através de um portão (Figura 6).

Figura 6- Vista ao entrar na Associação.

A) Vista em direção frontal, alcançando a secretaria. B) Vista lateral, espaço voltado aos animais.



Fonte: Autor, 2023



A secretaria da associação é utilizada como um ambiente de reunião para tratar de assuntos relacionados à divisão de tarefas entre os membros, adoções, armazenamento de documentos, firmamento de parcerias e qualquer outro tipo de questão referente à organização. Em suas acomodações internas foram observadas, mesas, cadeiras, armários e banheiro.

Entre as 18 salas contabilizadas no local, uma é utilizada para o armazenamento de remédios, produtos e itens de limpeza e suprimentos alimentícios. O espaço possui certa amplitude, tornando possível o distanciamento entre os produtos de diferentes finalidades. Na caixa de medicamentos, notou-se uma grande quantidade de ivermectina, medicamento utilizado para o tratamento da sarna, verminoses gastrointestinais e do verme do coração. Dentre os suprimentos alimentícios, observou-se um saco de ração e pacotes de amido de mil

Visto que a associação está localizada na antiga Escola Técnica, a área que era utilizada como laboratório, atualmente é um espaço destinado a realização de procedimentos simples como a coleta de sangue, aplicação de medicamentos injetáveis e vacinas. A sala também é utilizada como leito de observação nas ocasiões em que os animais saem do território pertencente à ONG e retornam e/ou após passarem por algum procedimento em clínicas veterinárias.

No que se refere às acomodações dos cães, um território ao ar livre está subdividido em 3 (três) alas, separando filhotes, adultos dóceis e adultos mais territoriais. Todas as alas são isoladas através de cercas de madeira para evitar a evasão dos caninos, e cada uma está interligada a locais que dão acesso às salas cobertas, caso os animais precisem se acomodar dessa forma, como em dias chuvosos, por exemplo. Em todas as alas foram observados 2 (dois) tipos de recipientes disponibilizados para colocar o alimento e água dos bichos.

Também há salas reservadas para aqueles cachorros que precisam estar isolados, como no caso dos filhotes que passam por um monitoramento de 7 (sete) dias isolados quando chegam na associação. Durante a visita, foi possível perceber a presença de um filhote retirado das ruas há pouco tempo, o qual estava em isolamento para tratar lesões na pele e da subnutrição. Além disso, uma sala é voltada para 3 (três) cães com necessidades especiais, 2 (dois) deles possuem problemas de temperamento e não conseguem socializar-se com os cães que estão nas grandes alas. Já o terceiro cão é paraplégico e precisa estar em uma área com dependências de piso liso que possa evitar machucados ou lesões, para passear na área externa ele utiliza de uma cadeira de rodas adaptada.

Dentre os fatores analisados na associação Deixe Viver, merecem destaque a dinâmica de funcionamento da organização, a presença de colaboradores voluntariados e de funcionários cedidos pela prefeitura, que acaba por permitir a preservação da higiene, destaca-se ainda o



espaço amplo com setores diversificados, a iluminação e ventilação adequada, a oportunidade dos animais usufruírem de espaço aberto e coberto simultaneamente, o acolhimento diferenciado para os cães com necessidades especiais, as iniciativas de castração dos cães machos, o suprimento alimentício fornecido pela rede escolar municipal, assistência inicial e contínua para aqueles que não conseguem uma adoção.

Sobre as ações de castração em abrigos, Budziak, *et al.* (2010) afirma que a castração é de grande importância, pois permite o controle populacional dentro das instituições e impulsiona a adoção.

Em Lajeado, no Rio Grande do Sul, a Associação APAMA (Amando, Protegendo e Ajudando Muitos Animais) atua principalmente em casos de maus-tratos, abandono, tratamento e reabilitação de animais com foco na adoção consciente, também está localizada na zona rural, contudo, não possui disponibilidade de espaços de isolamento que comportem animais adoecidos/agressivos que precisam manter distância dos demais, como contemplamos na associação deixe viver. Além disso, assim como na Deixe Viver, a APAMA possui parceria com as clínicas veterinárias que cobram um valor reduzido para realização de procedimentos cirúrgicos, inclusive a castração (PRETTO, 2019).

### **5.2.2 Políticas públicas e privadas voltadas ao Controle de zoonoses**

A partir da coleta de dados da pesquisa realizada no município de Princesa Isabel-PB, através da Secretaria de Saúde, no setor de Vigilância Ambiental, foi identificado que as ações direcionadas aos animais domésticos, estão focadas na prevenção de zoonoses como a Raiva e a Leishmaniose Visceral Canina.

Devido a sua alta letalidade, a raiva precisa ser tratada como prioridade pela saúde pública, em especial quando considerado que se trata de uma doença passível de eliminação, com medidas eficientes de prevenção, e possibilidades de bloqueios de foco. O Ministério da Saúde classifica a raiva (*Lyssavirus rhabdoviridae*) como uma doença infecciosa viral aguda grave com alto índice de letalidade. Considerando que a raiva pode se manifestar em área urbana, rural, aérea e silvestre, o Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza a vacinação antirrábica gratuita em todo território nacional brasileiro (BRASIL, 2021).

Os municípios são incumbidos de atender o maior número possível de felinos e caninos nas campanhas de vacinação, visando a contenção da citada doença que possa afetar a saúde humana. Quando observamos os dados, em 2020, o município de Princesa Isabel estimava uma população de 3.022 cães e 1.118 gatos (tabela 1), com 3.162 caninos e 1.273 felinos vacinados,



a cidade atingiu uma cobertura vacinal canina de 104,63% e 113% de cobertura vacinal felina, não só ficando acima da meta de 80%, exigida pelo ministério da saúde, como também atingindo um percentual maior que o do estado e o do país (PRINCESA ISABEL, 2020).

Tabela 1 – Resultado da campanha anual de vacinação antirrábica no ano de 2020 em Princesa Isabel-PB.

Ano	Espécie	População a vacinar	Vacinação			Cobertura (%)
			urbana	rural	total	
2020	Canina	3.022	1.560	1.602	3.162	104,63
	Felina	1.118	878	395	1.273	113,86

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Princesa Isabel -PB. Elaboração da tabela: Autor, 2023.

De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba, em 2020, o estado paraibano estimava uma população de 727.879 cães e gatos, conseguindo vacinar 504.311 caninos e 195.616 felinos, atingindo 95,3% de cobertura vacinal canina e superando a meta nacional de 80% (SES-PB, 2020). Nesse mesmo período, o Brasil registrou uma cobertura vacinal canina equivalente a 66,2%, não atingindo a meta estipulada de 80% (BRASIL, 2020b).

É importante ressaltar que a pandemia provocada pela Covid-19 pode ter refletido no baixo índice nacional das campanhas de vacinação antirrábica. O Ministério da saúde (2022) pontua que em 2020, os estados de São Paulo (SP), Tocantins (TO) e outros 219 municípios de diferentes UFs (Unidades Federativas não realizaram a campanha de vacinação, indo de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde às Secretarias Estaduais de Saúde que através do Ofício Circular N° 66/2020/SVS/MS, recomendou a avaliação da situação sanitária local e a possibilidade de realização da campanha vacinal após o período emergencial da Covid-19 e os locais que optaram por realizar a campanha, seguiram as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde para prevenir a proliferação da doença (BRASIL, 2022).

Através da Secretaria de Estado da Saúde, durante as campanhas de vacinação, a Paraíba adotou medidas que viabilizaram o acesso à vacina antirrábica, diminuindo os riscos de contaminação de Covid-19, como a suspensão do dia D, para que não ocorressem aglomerações, a disponibilização de postos volantes compostos de profissionais para a aplicação da vacina, a extensão do prazo da campanha, para contemplar mais animais, e tudo isso resultou em um recorde de 15% acima da meta nacional 80%, estipulada pelo Ministério da Saúde (SES-PB,

2020). As medidas adotadas pelo estado, podem ter contribuído, também, para o desempenho positivo do município de Princesa Isabel-PB.

No ano de 2021, a cidade de Princesa Isabel contemplou um total de 3.765 cachorros e 1.464 gatos com a vacina antirrábica, superando a estimativa de 3.022 caninos e 1.118 felinos, atingindo expressivos 124,59% de cobertura vacinal canina e 130,95% de cobertura vacinal felina (PRINCESA ISABEL, 2021).

Tabela 2 – Resultado da campanha anual de vacinação antirrábica no ano de 2021 em Princesa Isabel-PB.

Ano	Espécie	População a vacinar	Vacinação			Cobertura (%)
			urbana	rural	total	
2021	Canina	3.022	1.847	1.918	3.765	124,59
	Felina	1.118	1.010	454	1.464	130,95

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Princesa Isabel -PB. Elaboração da tabela: Autor, 2023.

Enquanto isso, em 2021 a Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba, divulgou dados onde apontam que o estado paraibano vacinou 535.441 cães e 215.254 gatos, atingindo a meta de 97,5% de cobertura vacinal (SES-PB, 2021). No mesmo ano, o Brasil estimava uma população de 18.538. 405 cachorros e desse total foram vacinados 11.194.692, atingindo apenas 60,4% e ficando outra vez abaixo da meta mínima de 80%, já a espécie felina obteve 3.496.794 vacinados (BRASIL, 2022a).

Em relação aos dados nacionais, é importante ponderar que, de acordo com o Ministério da Saúde: “Das 23 unidades federadas que realizaram campanha nacional de vacinação contra a raiva em cães e gatos no ano de 2021, apenas 12 enviaram os dados da cobertura vacinal alcançada. Com base nesses dados, o Brasil apresenta uma cobertura vacinal de 60,4%” (BRASIL, 2022).

Em 2022, o município de Princesa Isabel tinha como estimativa vacinar 3.215 caninos e 1.205 felinos. Houve um aumento de 193 cachorros e 87 gatos na meta estimada, quando comparamos com os dados de 2020 e 2021, que eram de 3.022 e 1.118, respectivamente. A cidade vacinou 3.790 cães e 1.400 gatos, alcançando uma cobertura vacinal antirrábica canina de 117,88% e 116,18% felina (PRINCESA ISABEL, 2022a). Outra vez, ficando acima da meta de 80% estipulada pelo Ministério da Saúde. Devido, até o momento, não constarem dados nos



canais de divulgação, não foi possível ter acesso aos resultados da campanha vacinal antirrábica nacional e estadual referentes ao ano de 2022.

Tabela 3 – Resultado da campanha anual de vacinação antirrábica no ano de 2022 em Princesa Isabel-PB.

Ano	Espécie	População a vacinar	Vacinação			Cobertura (%)
			urbana	rural	total	
2022	Canina	3.215	1.853	1.937	3.790	117,88
	Felina	1.205	935	465	1.400	116,18

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Princesa Isabel -PB. Elaboração da tabela: Autor, 2023.

Considerando que a campanha não estabelece uma categoria para diferenciar a quantidade de animais abandonados vacinados, daqueles que possuem um lar, não é possível inferir numericamente como a população de animais de rua, são contemplados com as ações públicas. Porém, aqueles animais abrigados na Associação Deixe Viver, como também os que recebem a atenção de possíveis agentes comunitários estão sendo contemplados pelas campanhas de vacinação. Tendo em vista que as campanhas de vacinação antirrábica só contemplam aqueles animais que apresentam um tutor responsável, torna-se necessário repensar algumas ações desenvolvidas pelas políticas públicas, viabilizando a vacina para os animais que não possuem tutor e de forma simultânea contabilizar os dados, através de categorias próprias.

Quanto a leishmaniose canina, é necessário compreender que os dois tipos (tegumentar e visceral - calazar) persistem como um importante problema de saúde mundial, sendo que o Brasil está incluído entre os treze países que concentram 90% dos novos casos. Anualmente, estima-se que até 1,7 milhão de pessoas adoeçam por leishmanioses, sendo que de 20 mil a 30 mil evoluem ao óbito (...) vale destacar que os cães são tão vítimas da doença quanto os humanos, visto que a doença é transmitida pelos mosquitos fêmea de flebotomíneos infectados, tendo como prevenção o uso de coleiras especiais para os cães distribuídas pelo SUS e a recomendação do uso de repelente para os humanos (BRASIL, 2022b).

Os dados coletados (Quadro 1) são referentes aos resultados de testes rápidos realizados no ano de 2022 e de janeiro a março de 2023. Desejava-se ter acesso aos dados de controle de leishmaniose visceral canina entre os anos de 2020 ao primeiro trimestre de 2023, porém o

departamento de Vigilância Ambiental alegou que devido uma atualização na base do sistema, só era possível ter acesso aos dados registrados a partir do ano de 2022.

No primeiro trimestre de 2022 foram realizados quinze (15) testes. O número do mês de janeiro chama bastante atenção devido a nove (9) de doze (12) testagens rápidas apontarem como reagente, totalizando um índice de 75% positivo para leishmaniose (PRINCESA ISABEL, 2022). O segundo trimestre registrou seis (6) testagens e todas descritas como não reagentes (PRINCESA ISABEL, 2022b). O terceiro trimestre totalizou seis (6) testes, sendo cinco (5) não reagentes e um (1) reagente (PRINCESA ISABEL, 2022b). No quarto trimestre de 2022, houve apenas um (1) teste, sendo este reagente (PRINCESA ISABEL, 2022). No primeiro trimestre de 2023 foram realizados três (3) testes que resultaram como não reagentes. (PRINCESA ISABEL, 2023).

Quadro 1: Relação de testagem rápida para leishmaniose em Princesa Isabel-PB.

ANO	MÊS	Nº DE TESTES	REAGENTE	NÃO REAGENTE	TOTAL ANUAL
2022	Janeiro	12	9	3	27
	Fevereiro	-	-	-	
	Março	3	0	3	
	Abril	-	-	-	
	Maió	3	0	3	
	Junho	3	0	3	
	Julho	3	1	2	
	Agosto	2	0	2	
	Setembro	-	-	-	
	Outubro	1	1	0	
	Novembro	-	-	-	
	Dezembro	-	-	-	
2023	Janeiro	-	-	-	-
	Fevereiro	-	-	-	
	Março	5	2	3	

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Princesa Isabel -PB. Elaboração do quadro: Autor, 2023.

É necessário esclarecer que, atualmente, o Ministério da Saúde recomenda a aplicação de duas técnicas sorológicas: teste imunocromatográfico (TR DPP®) e Ensaio Sorológico Imunoenzimático (ELISA) para diagnosticar a leishmaniose visceral canina, sendo o primeiro apenas um teste rápido para triagem e o segundo o confirmatório (BRASIL, 2011). Portanto, como os dados disponibilizados pela Vigilância Ambiental do município não trazem os resultados ELISA, não é possível saber quantos animais tiveram a confirmação do diagnóstico da leishmaniose.

### 5.2.2 Políticas públicas e privadas voltadas ao controle de natalidade



No decorrente estudo foi verificado que o município de Princesa Isabel-PB, não possui um programa de controle da reprodução, conscientização sobre a propriedade responsável dos animais de estimação ou legislação municipal pertinente. A única iniciativa de controle de natalidade identificada, se refere às ações desenvolvidas na associação Deixe Viver, que objetivam controlar a natalidade no abrigo, castrando os cachorros machos, visto que, quando comparado às fêmeas, o procedimento cirúrgico exige um menor custo financeiro.

A Lei Nº 13.426, de 30 de março de 2017 dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos no território brasileiro, em seu Art. 1º é postulado que “o controle de natalidade de cães e gatos em todo o território nacional será regido de acordo com o estabelecido nesta Lei, mediante esterilização permanente por cirurgia, ou por outro procedimento que garanta eficiência, segurança e bem-estar ao animal”, contudo, não foi designada uma verba para a implantação do programa, nem qual poder público seria responsável por sua aplicação (BRASIL, 2017). Logo, na prática, a aplicabilidade da Lei pelo Estado e municípios é inexistente, e as estratégias desenvolvidas para prevenir a falta de controle e o abandono animal, sob a ótica da promoção da saúde da comunidade, do bem-estar animal e do equilíbrio ambiental ocorrem de forma optativa.

Garcia (2005) apresenta um panorama geral de uma experiência da primeira cidade brasileira Taboão da Serra/ SP a implantar um programa efetivo para o controle das populações de animais. A iniciativa contou com o envolvimento de clínicos veterinários particulares, entidades de proteção animal e a Prefeitura do município.

Em 1996, o município da Grande São Paulo, implantou o “Programa de Controle das Populações de Cães e Gatos”, com assessoria da ONG de proteção animal ARCA Brasil. Garcia (2005, p. 26) “a prefeitura cede os medicamentos, anestésicos, materiais descartáveis, coleiras, plaquetas e vacinas contra a raiva para as clínicas veterinárias, que, [...] por sua vez, realizam gratuitamente o registro e identificação e vacinação contra a raiva e, as esterilizações cirúrgicas a preços viáveis para a população.

A autora pontua que o Programa de Taboão da Serra obteve repercussão nacional e internacional, sendo reconhecido em sua validade e pioneirismo na América do Sul, pela Organização PanAmericana da Saúde. Outro dado relevante é que de abril de 1996 até dezembro de 2003, 12.284 cães e gatos foram atendidos pelo programa (aproximadamente 20% da população animal estimada do município). A estimativa demonstra que esses animais e seus descendentes poderiam ter gerado mais de 1 milhão de filhotes nesse intervalo de tempo.



A esterilização cirúrgica representa a opção mais viável para prevenção de gestações não desejadas e redução no número de animais a serem abandonados, visto que o investimento no controle da reprodução animal e em programas educativos para a população é o meio mais efetivo para o controle das populações de cães e gatos.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Perante o estudo realizado, o mapeamento mostrou que há uma grande parcela de animais presentes nas principais vias e saídas da cidade e esse número pode ser ainda maior quando levado em consideração que não se adentrou nos bairros. Alguns dos cachorros que vagavam pelas ruas, estavam em situação de desnutrição, outros visivelmente debilitados. A quantidade de gatos abandonados no cemitério é digno de atenção, quando considerado a realidade precária que se encontram, onde muitos demonstravam estar com fome, doentes e precisando de atendimento especializado, principalmente os filhotes. No que diz respeito ao acolhimento dos animais abandonados, é de extrema importância destacar a atuação da Associação Deixe Viver, o órgão privado conta com toda uma estrutura desenvolvida para acolher cães, o que auxilia na redução os impactos ocasionados pelo abandono na vida destes e na comunidade em geral. Há uma parceria estabelecida com a prefeitura do município, porém, é preciso que haja maior interesse do órgão público para que a ONG obtenha mais recursos destinados ao seu funcionamento, como também a implantação de um canil e um gatil sob domínio da prefeitura municipal do município.

As ações voltadas ao controle de zoonoses, especialmente a vacinação antirrábica de caninos e felinos, mostra que a cidade se destaca por ficar acima da meta de cobertura vacinal estabelecida pelo Ministério da Saúde, como apontam os dados dos últimos três anos. Seguindo os parâmetros nacionais, a campanha de vacinação antirrábica atende somente animais com tutores/representantes responsáveis, logo, os animais abrigados em ONG'S, como na Associação Deixe Viver estão sendo contemplados. Contudo, aqueles que estão nas ruas e não possuem nenhum representante, não são contemplados. É necessário repensar e estabelecer algumas ações desenvolvidas pelas políticas públicas para possibilitar a vacina aos animais que não possuem tutor e de forma simultânea contabilizar os dados, através de categorias próprias. Em relação ao controle de leishmaniose visceral canina, não é possível traçar a realidade do município devido o acesso aos dados trazerem somente o resultado de testes rápidos e não o ELISA (exame confirmatório).



Referente ao controle de natalidade, a única iniciativa identificada se refere as ações desenvolvidas na Associação Deixe Viver, que objetiva controlar a natalidade no abrigo, castrando os cachorros machos, visto que, quando comparado às fêmeas, o procedimento cirúrgico exige um menor custo financeiro. Não é executado nenhum programa de controle de reprodução administrado por órgão público e os efeitos disso são notados quando foram vistas cadelas em fase lactante e filhotes pelas ruas. No cemitério, a grande quantidade de gatos e filhotes, também demonstra um descontrole populacional. É preciso que haja a implantação de políticas públicas voltadas a isso, pois o descontrole populacional afeta tanto os animais abandonados quanto a população. Por mais que os animais abandonados possam transmitir zoonoses, eles também são vítimas e precisam ser vistos com um olhar mais humanizado diante da sociedade.

Para mais, é preciso que a temática referente ao abandono de animais domésticos ganhe espaço no contexto educacional, como a realizações de palestras, uma maior visibilidade nas discussões impostas pela Educação Ambiental nas salas de aulas, como também a flexibilização de veículos de informação para tratar sobre o tema diante do contexto social.

## REFERÊNCIAS

PETLOVE. **Abandono de pets pós-pandemia**, 2021. Disponível em: <<https://www.petlove.com.br/dicas/abandono-de-pets-pos-pandemia>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. **Cobertura vacinal antirrábica de cães e gatos**. Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/r/raiva/cobertura-vacinal-de-caes-e-gatos>. Acesso em: 25 mai. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 14. 604, de 29 de setembro de 2020**. Dispõe sobre o aumento das penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato. Disponível em: <<[L14064 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 13.426, de 30 de março de 2017**. Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências. 2017.

BRASIL. Ministério da saúde. **Leishmanioses: Ministério da Saúde alerta para prevenção: doenças infecciosas graves, que podem atingir pessoas e animais, têm prevenção e controle**. Atualizado em 03/11/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt->



[br/assuntos/noticias/2022/agosto/leishmanioses-ministerio-da-saude-alerta-para-prevencao](https://br/assuntos/noticias/2022/agosto/leishmanioses-ministerio-da-saude-alerta-para-prevencao). Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Prevenção de vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses**, p.7 2016. Disponível em: <<[manual\\_vigilancia\\_prevencao\\_controle\\_zoonoses.pdf \(saude.gov.br\)](https://saude.gov.br/manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses.pdf)>>. Acesso em: 08 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota técnica conjunta n. 01/2011**. Esclarecimento sobre substituição do protocolo diagnóstico de leishmaniose visceral canina (LVC). Brasília, DF: MS/SVS/DVDT, 2011. Disponível em: <<[https://crmvmms.org.br/wp-content/uploads/2019/10/nota-tecnica-no.-1-2011\\_cglab\\_cgdt1\\_lvc\\_98999048.pdf](https://crmvmms.org.br/wp-content/uploads/2019/10/nota-tecnica-no.-1-2011_cglab_cgdt1_lvc_98999048.pdf)>>. Acesso em: 23 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde. 5. ed.** Brasília: Ministério da Saúde; 2021.

BRASIL. **Raiva**. Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/r/raiva>. Acesso em: 31 maio 2023

BRASIL. **Resolução nº 58, de 23 de fevereiro de 2023**. Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: <[RESOLUÇÃO Nº 58, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023 - RESOLUÇÃO Nº 58, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023 - DOU - Imprensa Nacional \(in.gov.br\)](https://www.in.gov.br/imprensa/novidades/resolucao-no-58-de-24-de-fevereiro-de-2023)>. Acesso em: 16 mar. 2023.

BUDZIAK, Carine et al. **A importância do projeto Campanha de Castração na formação do profissional médico veterinário**. Revista Acadêmica Ciência Animal, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 361-370, 2010.

CATAPAN, D. C. **Características das organizações não governamentais de proteção animal e políticas públicas de controle populacional de cães e gatos do estado do paraná**. Tese (Doutorado em Saúde, Tecnologia e Produção Animal Integrada) – Universidade Católica do Paraná. Curitiba, p. 20-22. 2018.

COELHO, R. C. **O público e o privado na gestão pública**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014, 76 p.

DEIXE VIVER. **Declaração de Funcionamento**. Princesa Isabel: Associação deixe viver, 2023. Disponível em: anexos.



EXAME. **Abandono de animais aumentou cerca de 60% durante a pandemia, 2021.** Disponível em: <<https://exame.com/bussola/abandono-de-animais-aumentou-cerca-de-60-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

GARCIA, R. C. Controle de populações de cães e gatos em área urbana: uma experiência inovadora na Grande São Paulo. **Saúde Coletiva**, v. 02, n. 5, p. 24-28, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOY-GERLACH, J., RAUKTIS, M., & NEWHILL, C. (2020). **(Non-human) animal companionship: A crucial support for people during the COVID-19 pandemic**. Society Register, 4(2), 109-120.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde - 2013: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências: Brasil, grandes regiões e 31 unidades da federação / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015 [recurso eletrônico]. Disponível em: Acesso em: 16, fev. 2023

LEMONS, Simone. Cresce o número de adoções e de abandono de animais na pandemia. **Jornal da USP**, 2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/cresce-o-numero-de-adocoes-e-de-abandono-de-animais-na-pandemia/>>. Acesso em: 25 fev.2022.

MEIRA, Jivago. **Ecologia de Cães de Livre Circulação no Município de Sousa – Paraíba**. Tese (Bacharelado em Medicina Veterinária) – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Sousa, p.34. 2022.

OLIVAEIRA, Francisco. **Biocídio e Políticas Criminais Ambientais: Uma Proposta Educativa de Medidas Preventivas à Crimes Cometidos em Cães e Gatos em Sousa-PB**. Tese (Especialização em Direito Penal e Processo Penal) – Universidade Federal de Campina Grande - PB. Sousa, 2022.

PARAÍBA. **Paraíba supera meta e vacina mais de 95% dos cães contra raiva**. Governo da Paraíba, 2020. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/paraiba-supera-meta-e-vacina-mais-de-95-dos-caes-contr-raiva>. Acesso em: 10 mai. 2023.

PARAÍBA. **Paraíba ultrapassa a meta da campanha de vacinação contra a raiva animal**. Governo da Paraíba, 2021. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/paraiba-ultrapassa-a-meta-da-campanha-de-vacinacao-contr-a-raiva-animal-1>. Acesso em: 10 mai. 2023.



PAULA, Silvana Aparecida de. **Política Pública de esterilização cirúrgica de animais domésticos, como estratégia de saúde e de educação.** 2012.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização.** Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

POLITIZE. **O que são ONGs.** Cidadania, Cultura e Sociedade. Atualizado em 27/06/2023. Disponível em: << [O que são ONGs? | Politize!](#)>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PRETTO, P. L. **Pet center: centro de Cuidado Animal.** Trabalho de Conclusão de Curso - Etapa 1, na linha de formação específica em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, dezembro de 2019.

PRINCESA ISABEL-PB. Cidades e Estados | **IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/princesa-isabel.html>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

PRINCESA ISABEL-PB. **Ofício/SMS/VIGAMB - N.º 8/2022.** Princesa Isabel - PB: Secretaria Municipal de Saúde, 17 de novembro de 2022.

PRINCESA ISABEL-PB. **Ofício SMS/VIGAMB - N.º 13/2020.** Princesa Isabel - PB: Secretaria Municipal de Saúde, 12 de novembro de 2021.

PRINCESA ISABEL-PB. **Registro de teste rápido para diagnóstico da leishmaniose visceral canina em Princesa Isabel em 2022.** Princesa Isabel - PB: Secretaria Municipal de Saúde, 2022.

PRINCESA ISABEL-PB. **Registro de teste rápido para diagnóstico da leishmaniose visceral canina em Princesa Isabel, 2023.** Princesa Isabel - PB: Secretaria Municipal de Saúde, 2023.

PRINCESA ISABEL-PB. **Resultado da campanha anual de vacinação antirrábica canina e felina em 2020.** Princesa Isabel - PB: Secretaria Municipal de Saúde, 2020.

PRINCESA ISABEL-PB, Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Agricultura de Princesa Isabel-PB, **Ofício nº 93/2023.** Princesa Isabel, Assunto: Atividades Desenvolvidas Em Parceria Com a ONG – Deixe Viver.





RIBEIRO, L. A., et al. Animais domésticos e a possível transmissão do coronavírus para os seres humanos. **Centro Universitário UNIFACIG**, v. 1, 2021.

RODRIGUES, Janderson. **Reflexão bioética sobre o resgate e tratamento de animais abandonados**. 2022. 95 f., il. Dissertação (Mestrado em Bioética) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais. Bruxelas, Bélgica, 1978**. Disponível em: [http://www.apajaboticabal.org.br/documentos/LEI\\_DECLARACAO\\_UNIVERSAL.pdf](http://www.apajaboticabal.org.br/documentos/LEI_DECLARACAO_UNIVERSAL.pdf). Acesso em: 15, fev. 2023.

WERLANG, R. **Relações entre organizações da sociedade civil ligadas a proteção animal com o poder público no município de Porto Alegre – RS**. 2016. 71fls. Escola de Administração Bacharelado Em Administração- Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre – RS, 2016.